



Poder Legislativo
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena
Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin
Comissões Permanentes

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 7.265, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 09, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Dê-se aos artigos 7º, 9º e parágrafo único do artigo 14 do Projeto de Lei nº 7.265, de 30 de outubro de 2025, a seguinte redação:

“Art. 7º O Poder Executivo, no limite de cinco por cento sobre o total orçado para as despesas do exercício, fica autorizado a realizar:

- I - abertura de créditos adicionais suplementares, servindo como recursos os definidos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- II - transposições, remanejamentos e transferências de dotações orçamentárias.”
(NR)

“Art. 9º Ficam excluídas da necessidade de autorização de que trata o artigo 7º desta Lei as suplementações de dotação destinadas a cobrir insuficiências orçamentárias relativas a:

- I - sentenças judiciais, inclusive de pequeno valor, cuja suplementação poderá ser realizada até o limite das respectivas inscrições;

II - despesas com o serviço da dívida, incluindo juros e amortizações, passíveis de suplementação até o limite das respectivas inscrições;

III - realização de ajustes necessários ao cumprimento de emendas parlamentares em caso de impedimento de ordem técnica; e

IV - despesas com pessoal, auxílios e encargos sociais, inclusive as decorrentes de revisão geral anual dos servidores municipais, nos termos previstos no artigo 37, X da Constituição Federal e no Tema 0019 do Supremo Tribunal Federal, cuja suplementação poderá ocorrer até os limites fixados na legislação vigente.

.....” (NR)

“Art. 14. As emendas que alterem os Projetos de Leis Orçamentárias farão parte integrante desta Lei” (NR)

Vilhena, 10 de dezembro de 2025.

JUSTIFICATIVA

O artigo 21 do Projeto de Lei nº 7.238/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, trouxe em sua redação a previsão de que a Lei Orçamentária Anual

A presente Emenda modifica os percentuais previstos nos artigos 21 e 23, inseridos no capítulo “Da Gestão dos Créditos e das Limitações de Despesa”, reduzindo de 12% (doze por cento) para 5% (cinco por cento) o limite autorizado para a realização, por ato próprio dos Chefes de Poder, de abertura de créditos adicionais suplementares, transposições, remanejamentos e transferências de dotações orçamentárias.


A alteração tem como objetivo aprimorar o controle legislativo sobre a execução orçamentária municipal, fortalecendo a transparência e garantindo maior fidelidade ao planejamento originalmente estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA e nos demais instrumentos de planejamento fiscal. Considerando que os Arts. 21 a 25 da LDO disciplinam detalhadamente os créditos adicionais, suas hipóteses e exceções, a redução do limite geral não compromete a operação administrativa, uma vez que as situações de necessidade contínua — como despesas de pessoal, sentenças judiciais, serviço da dívida e ajustes decorrentes de convênios — já possuem tratamento específico no texto da própria LDO.

Do ponto de vista técnico, o novo percentual reforça a aderência entre o orçamento aprovado e sua execução ao longo do exercício, evitando alterações excessivamente amplas que, na prática, possam descaracterizar a programação orçamentária pactuada com a sociedade. A limitação mais moderada contribui para que as movimentações de dotações ocorram de forma mais criteriosa, preservando a lógica do planejamento e facilitando o acompanhamento pelo Legislativo e pelos órgãos de controle.

No aspecto político-institucional, a medida fortalece a participação da Câmara Municipal no processo orçamentário e assegura que eventuais modificações de maior impacto sejam objeto de apreciação legislativa, promovendo equilíbrio entre os Poderes e maior transparência na gestão dos recursos públicos. Tal equilíbrio é essencial para a boa governança, especialmente diante das regras atuais aplicáveis à desvinculação de receitas e às limitações constitucionais e legais que regem a execução orçamentária municipal.

Assim, a redução do limite para 5% não inviabiliza a atuação administrativa, mas aprimora o processo de gestão fiscal, aumenta a previsibilidade do orçamento e reforça o compromisso do Município com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.


Vilhena, de dezembro de 2025.



VEREADOR PEDRINHO SANCHES
Presidente da CFO



VEREADOR YANDER ROCHA
Secretário da CFO



VEREADOR SILVANO PESSOA
Membro da CFO

DE ACORDO:

Amanda Areval

Anderson Motorista

Dr. Celso

Eliton Costa

Nego Moraes

Oziane Germiniano

Rose Batista da Saúde

Samir Ali



Wilson Tabalipa

Zé Duda